SUMÁRIO

Parte I
TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 1 – Direito Constitucional 39

1. Direito Constitucional: conceito, objetivo e objeto 39
2. O Direito Constitucional e os demais ramos do direito 40
3. A importância da Constituição no mundo pós-guerra. Notas sobre o Pensamento Constitucional contemporâneo e o neoconstitucionalismo 41

CAPÍTULO 2 – A Teoria do Poder Constituinte 45

1. Histórico 45
2. Natureza do Poder Constituinte Originário 46
3. Conceito de Poder Constituinte 47
4. Titularidade X Exercício 48
5. Poderes Constituídos 49
6. Espécies de Poder Constituinte 50
   - 6.1 O Poder Constituinte Originário 50
   - 6.2 O Poder Constituinte Derivado Reformador 51
   - 6.3 O Poder Constituinte Derivado Decorrente 51
7. Poder constituinte supranacional 52
8. Características do poder constituinte originário 53
9. Características do poder constituinte derivado 55
10. Direito Adquirido e as normas do poder constituinte originário e derivado 55

11. Jurisprudência do STF sobre inexistência de direito adquirido a regime jurídico 60

CAPÍTULO 3 – A Nova Constituição e o Direito Anterior 63

1. Introdução 63
2. A teoria da Revogação global 63
3. A *vacatio constitutionis* 64
4. A teoria da Desconstitucionalização 65
5. A teoria da Recepção e da Não Recepção 66
6. A teoria da Repristinação 70

CAPÍTULO 4 – Concepções sobre a Constituição 71

1. Introdução 71
2. Sentido Sociológico 72
3. Sentido Político 72
4. Sentido jurídico-normativo (positivista) 73
5. Concepção culturalista 75
6. Outras concepções 75

CAPÍTULO 5 – Classificação e Elementos das Constituições 77

1. A importância da classificação 77
2. Quanto à forma 77
3. Quanto à sistematização 78
4. Quanto à origem 78
5. Quanto ao Modo de Elaboração 79
6. Quanto à extensão 80
7. Quanto ao Conteúdo 80
8. Quanto à Alterabilidade (ou estabilidade) 81
9. Quanto à Finalidade (Função ou estrutura) 83
10. Quanto à correspondência com a realidade (classificação ontológica) 84
11. Quanto à Ideologia (Dogmática) 85
12. Quanto à origem de sua decretação (Jorge Miranda) 85
13. A Classificação da Constituição de 1988 86
14. Elementos das Constituições 86

CAPÍTULO 6 – Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais 89

1. A Influência da Segunda dimensão de Direitos Fundamentais sobre o tema 89
2. Teoria Bipartida Americana (Thomas Colley, em 1927) 90
3. Teoria Bipartida Brasileira (Pontes de Miranda) e tripartida italiana (Gaetano Azzariti) 91
4. Teoria Tripartida clássica brasileira (José Afonso da Silva, em 1968) 91
5. Teoria proposta por Maria Helena Diniz 94
6. Teoria Tripartida moderna quanto ao conteúdo das normas constitucionais (Luís Roberto Barroso) 95
7. Outras teorias 96
8. Eficácia negativa das normas constitucionais 96
9. O preâmbulo da Constituição 97
10. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 99

CAPÍTULO 7 – A Interpretação Constitucional 101

1. A difícil tarefa de "interpretar" 101
2. O conflito de normas 101
3. Métodos Clássicos de Interpretação Constitucional 103
   - 3.1 Método Gramatical ou Literal 103
   - 3.2 Método Sistemático 104
   - 3.3 Método Histórico 104
   - 3.4 Método Lógico 105
   - 3.5 Método Teleológico 105
4. A abertura das Constituições aos princípios e a nova interpretação constitucional 106
5. Métodos Modernos de Interpretação Constitucional 109
   - 5.1 Método Tópico-problemático 109
   - 5.2 Método Hermenêutico-concretizador 109
   - 5.3 Método Científico Espiritual 110
   - 5.4 Método Normativo Estruturante 110
   - 5.5 Método da Comparação Constitucional 111
6. Os principais princípios de interpretação constitucional 111
   - 6.1 Princípio da Supremacia da Constituição 111

6.2 Princípio da Unidade da Constituição 112
6.3 Princípio da Concordância Prática (ou da Harmonização) ...112
6.4 Princípio do Efeito Integrador (ou da Eficácia Integradora) 112
6.5 Princípio da Justeza (ou da Conformidade Funcional) ... 113
6.6 Princípio da Força Normativa da Constituição e da Máxima Efetividade das Normas Constitucionais 113
6.7 Princípio da Interpretação Conforme a Constituição 114
6.8 Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade 115
6.8.1 Histórico 115
6.8.2 Previsão na CF 116
6.8.3 Aspectos comuns aos princípios e críticas 117

CAPÍTULO 8 – A "Mudança" na Constituição 119
1. Manifestações do Poder Constituinte Derivado Reformador 119
1.1 Emendas Constitucionais e Limitações 120
2. As emendas constitucionais "avulsas" 130
2.1 Emendas de Revisão 131
2.2 Correntes sobre a Revisão Constitucional e Limitações 131
2.3. Quadro Comparativo entre as Emendas Constitucionais e as Emendas de Revisão..... 132
3. Mutação Constitucional..... 133
3.1 Conceito. Definições 133
3.2 Manifestações 135
3.3 Limitações à Mutação e a "Mutação Inconstitucional".. 135
3.4 Exemplos do Fenômeno 136

CAPÍTULO 9 – Notas sobre as Constituições Brasileiras 139
1. Constituição de 1824..... 139
2. Constituição de 1891..... 140
3. Constituição de 1934..... 141
4. Constituição de 1937..... 141
5. Constituição de 1946..... 142
6. Constituição de 1967..... 142
7. Emenda Constitucional nº 1, de 1969 142

Parte II
TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 10 – Teoria dos Direitos Fundamentais 147

1. Breve histórico sobre os direitos humanos, sua importância no mundo pós-guerra e a dignidade da pessoa humana 147
   - 1.1 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais 150
   - 1.2 Direitos e Garantias Fundamentais 151
   - 1.3 Titularidade 152
   - 1.4 Positivação 152
     - 1.4.1 Na Constituição de 1988 152
     - 1.4.2 Nas normas infraconstitucionais 153
     - 1.4.3 Tratados sobre direitos humanos já ratificados pelo país 153
   - 1.5 Dupla Dimensão dos Direitos Fundamentais 154
   - 1.6 Eficácia Vertical e Horizontal dos Direitos Fundamentais .. 155
2. Fundamentação 156
3. Características 156
4. Gerações ou Dimensões dos Direitos Fundamentais 159
   - 4.1 Críticas às Dimensões 161
5. O "Bloco de Constitucionalidade" 162
6. A constitucionalização formal dos tratados sobre direitos humanos. Art. 5º, § 3º 164
7. O Tribunal Penal Internacional. Art. 5º, § 4º 165
8. Incidente de deslocamento de competência para a justiça federal 168

CAPÍTULO 11 – Direitos Individuais e Coletivos 171

1. Análise doutrinária e Seleção de jurisprudência sobre o art. 5º 171
2. Princípio da Igualdade 172
3. Princípio da Legalidade 182
4. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 184
5. Manifestação de Expressão responsável 186
6. Liberdade Religiosa 189
7. Liberdade de expressão artística 192

8. Proteção à intimidade e à vida privada 196
9. Liberdade Profissional..... 209
10. Liberdade de Comunicação 211
11. Liberdade de Locomoção 211
12. Direito de Reunião 212
13. Direito de Associação 214
14. Direito de Propriedade 217
15. Direitos do consumidor 224
16. Direito à informação 225
17. Direito de Petição e de Obtenção de Certidões..... 228
18. Princípio da Inafastabilidade do controle jurisdicional e do amplo acesso à justiça..... 230
19. Princípio da Segurança das Relações jurídicas e da Irretroatividade das leis 234
20. Princípio do Juiz Natural..... 239
21. O Tribunal do Júri..... 242
22. Direito Penal Constitucional 245
23. Extradição..... 257
24. O Devido processo legal 266
25. Princípio da presunção de inocência 271
26. Identificação criminal..... 273
27. Ação penal privada subsidiária da pública..... 274
28. Publicidade dos Atos processuais 275
29. A prisão 276
30. Direito ao Silêncio..... 277
31. A prisão civil por dívida 279

CAPÍTULO 12 – Direitos Sociais..... 285

1. Conceito e desafios..... 285
2. Classificação dos direitos sociais na Constituição brasileira 286
3. Os Direitos Sociais do Trabalhador..... 286
   3.1 Dos Direitos Sociais Individuais dos Trabalhadores 287
   3.2 Dos Direitos Sociais Coletivos dos Trabalhadores..... 298
4. Proteção, no plano internacional, dos direitos sociais..... 301
5. Mecanismos de efetivação dos direitos sociais na Constituição de 1988 301

6. Os princípios norteadores de proteção aos direitos sociais 301
6.1 Princípio do Mínimo Existencial 301
6.2 Princípio da Reserva do Possível 302
6.3 Princípio da Vedação ao Retrocesso Social 304
7. Notas sobre o controle judicial das políticas públicas 304
8. A nova previdência - noções 305
9. A Ordem Econômica Compromissória 314
9.1 Introdução 314
9.2 Os fundamentos da Ordem Econômica 314
9.3 Os Princípios da Ordem Econômica 315

CAPÍTULO 13 – Nacionalidade 319
1. Conceito 319
2. Espécies de Nacionalidade 322
2.1 Nacionalidade Originária ou Primária 322
2.2 Nacionalidade Derivada ou Secundária 322
3. Critérios de Atribuição de Nacionalidade Originária 322
4. Aquisição de nacionalidade originária ou primária 323
5. Aquisição de nacionalidade derivada 326
6. Tratamento diferenciado entre brasileiros 330
7. Perda da Nacionalidade 334
7.1 Perda-sanção ou Punição: Brasileiros Naturalizados 334
7.2 Perda-mudança: Brasileiros Natos e Naturalizados 335

CAPÍTULO 14 – Direitos Políticos 337
1. Fundamento constitucional 337
2. O “sufrágio” 337
3. Aquisição de Direitos Políticos: alistamento eleitoral 339
4. O português equiparado e a cidadania 339
5. Inalistabilidade 340
6. Classificação dos direitos políticos positivos (manifestações do sufrágio) 341
6.1 Direitos Políticos Ativos 341
6.2 Direitos Políticos Passivos 343

7. Os direitos políticos negativos 344
7.1 As Inelegibilidades 344
7.1.1 A reeleição 345
7.1.2 A desincompatibilização 346
7.1.3 A inelegibilidade reflexa 348
7.2 Militares 351
7.3 Perda e Suspensão de Direitos Políticos 352
8. Princípio da anterioridade ou da anualidade eleitoral 354
9. Ação de impugnação de mandato eletivo 355

CAPÍTULO 15 – Partidos Políticos 357
1. Conceito 357
2. Preceitos fundamentais 357
3. A criação dos partidos políticos 358
4. A fidelidade partidária 359
4.1 A Resposta à Consulta (CTA) nº 1.398 do TSE 359
4.2 A Resolução do TSE nº 22.610/2007 359
4.3 A Manifestação do STF sobre a Fidelidade Partidária 360
4.4 A Constitucionalidade das Resoluções do TSE – STF, ADI 3999 360
4.5 A Questão Relativa ao Direito de Sucessão na Vaga 361
4.6 A Emenda Constitucional 91 de 2016 361
5. O fim das coligações nas eleições proporcionais e a cláusula de barreira 362

CAPÍTULO 16 – Remédios Constitucionais 365
1. Introdução 365
2. *Habeas Corpus* 365
2.1 Histórico, Natureza Jurídica e Conceito 365
2.2 A Doutrina Brasileira do *Habeas Corpus* 366
2.3 Espécies 367
2.4 Legitimidade Ativa 367
2.5 Gratuidade 368
2.6 O Paciente 369
2.7 Polo Passivo 369

2.8 Liminar 369
2.9 *Habeas Corpus* e Prisão do Militar 369
2.10 *Habeas Corpus* e Comissão Parlamentar de Inquérito 370
2.11 Hipóteses de Não Cabimento do Habeas Corpus 370
2.12 Competência 371
3. Mandado de segurança 373
3.1 Histórico, Natureza Jurídica e Conceito 373
3.2 Modalidades 373
3.3 Espécies 375
3.4 Condições Específicas. Natureza Residual do Instituto 376
3.5 Polo Passivo 377
3.6 Da Prova 377
3.7 Mandado de Segurança e Processo Legislativo Inconstitucional 378
3.8 Hipóteses de Não Cabimento do *Mandamus* 378
3.9 Custas Processuais 379
3.10 Intervenção Obrigatória do Ministério Público 379
3.11 Tutela de Urgência 379
3.12 Direitos Protegidos pelo Mandado de Segurança Coletivo 380
3.13 Recursos 380
3.14 Competência 380
3.15 Enunciados da Súmula do STF 381
4. *Habeas Data* 382
4.1 Histórico, Natureza Jurídica e Conceito 382
4.2 Objeto 383
4.3 Definição de “Caráter Público” 383
4.4 Legitimidade Ativa 384
4.5 Polo Passivo 384
4.6 Gratuidade 384
4.7 Intervenção do Ministério Público 384
4.8 Tutela de Urgência 384
4.9 Comprovação de Recusa por Parte da Autoridade Administrativa 385
4.10 Competência 385

5. Mandado de Injunção 386
5.1 Histórico, Natureza Jurídica e Conceito 386
5.2 Modalidades 387
5.3 Pressupostos do Remédio 388
5.4 Intervenção do Ministério Público 388
5.5 Polo Passivo 388
5.6 Tutela de Urgência 388
5.7 Efeitos do Mandado de Injunção 388
5.8 Competência 390
5.9 Quadro Comparativo do MI e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 391
6. Ação popular 391
6.1 Histórico, Natureza Jurídica e Conceito 391
6.2 Espécies 392
6.3 Legitimidade Ativa 392
6.4 Polo Passivo 393
6.5 Condições Específicas 393
6.6 O Papel do Ministério Público 394
6.7 Tutela de Urgência 395
6.8 A Gratuidade 395
6.9 Competência 395

Parte III
TEORIA DO ESTADO

CAPÍTULO 17 – Princípios Fundamentais 399
1. Importância dos princípios fundamentais 399
2. Os princípios fundamentais em espécie 400
2.1 O Princípio Republicano 400
2.2 O Princípio Federativo 400
2.3 Estado Democrático de Direito 401
3. Os fundamentos do Estado Brasileiro (art. 1º) 402
3.1 Soberania 402
3.2 Cidadania 403
3.3 Dignidade da Pessoa Humana 403

3.4 Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre-iniciativa 404
3.5 O Pluralismo Político 405
4. O princípio democrático 405
5. A tripartição de "poderes" 405
6. Os objetivos fundamentais da República Federativa 407
6.1 Construir uma Sociedade Livre, Justa e Solidária 408
6.2 Garantir o Desenvolvimento Nacional 408
6.3 Erradicar a Pobreza e a Marginalização, e Reduzir as Desigualdades Sociais e Regionais 409
6.4 Promover o Bem de Todos, sem Preconceitos de Origem, Raça, Sexo, Cor, Idade e Quaisquer Outras Formas de Discriminação 410
7. Os princípios que regem o Brasil nas relações internacionais..... 410
7.1 Independência Nacional 410
7.2 A Prevalência dos Direitos Humanos..... 411
7.3 Autodeterminação dos Povos, não Intervenção e Igualdade entre os Estados 411
7.4 Defesa da Paz e Solução Pacífica dos Conflitos 411
7.5 Repúdio ao Terrorismo e ao Racismo 412
7.6 Cooperação entre os Povos para o Progresso da Humanidade..... 413
7.7 Concessão de Asilo Político 413
8. A comunidade latino-americana de nações 414

CAPÍTULO 18 – Organização do Estado Brasileiro 415
1. O Estado 415
1.1 Conceito de Estado 415
2. Elementos..... 415
3. Formas de Estado 416
3.1 Estado Unitário..... 416
3.2 Estado Composto 416
3.2.1 Confederação..... 416
3.2.2 Federação 416
3.3 Estado Regional e Estado Autonômico..... 417
4. A Federação 417
4.1 O Federalismo Norte-americano de 1787 418

4.2 Federalismo por Agregação e Federalismo por Segregação 418
4.3 Federalismo Dual e Federalismo Cooperativo (ou de Participação) 418
4.4 Federalismo Simétrico e Assimétrico 419
5. A Federação brasileira 419
5.1 Características da Federação Brasileira 419
5.2 O Equilíbrio Federativo 420
5.3 A Emenda Constitucional n° 105/2019 421
6. Autonomia x Soberania 422
7. A União Federal. Definição. Bens 422
8. Brasília – Sede do Governo Federal 423
9. Estados-membros. Definição. Bens 423
10. A singularidade dos Municípios 424
11. O Distrito Federal 425
12. A divisão geográfica dos entes federativos 425
13. A repartição de competências e o princípio da predominância de interesses 428
13.1 Técnicas Principais de Repartição de Competências 429
13.2 A Repartição de Competências Vertical e Horizontal 429
13.3 A Competência Legislativa na CF 429
13.4 A Competência Administrativa na CF 432
14. A repartição de competências à luz do STF 432
15. Os Territórios Federais na Constituição de 1988 478
16. Intervenção Federal e Intervenção Estadual 479
16.1 Princípio da Não Intervenção 479
16.2 Hipóteses Constitucionais Taxativas 479
16.3 Natureza Jurídica 480
16.4 Espécies de Intervenção 480
16.5 Intervenções federais sob a égide da Constituição Federal de 1988 482
16.6 Pressupostos do Decreto Interventivo 483
16.7 Controle Político 483

16.8 Controle Jurisdicional 483
16.9 Intervenção da União em Municípios de Territórios (Art. 35) 483

CAPÍTULO 19 – Princípios da Administração Pública 485
1. O Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o privado..... 485
2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público..... 487
2.1 Os princípios do art. 37, *caput* 487
2.2 Princípio da Legalidade 488
2.3 Princípio da Impessoalidade 489
2.4 Princípio da Moralidade..... 490
2.5 Princípio da Publicidade..... 491
2.6 Princípio da Eficiência 495

CAPÍTULO 20 – Mecanismos Constitucionais de Defesa do Estado 499
1. Do Sistema Constitucional das Crises 499
2. Princípios informadores do Estado de Defesa e do Estado de Sítio 500
3. Requisitos para o Estado de Defesa..... 500
3.1 Medidas Coercitivas que Podem Vigorar Durante o Estado de Defesa..... 501
4. Requisitos para o Estado de Sítio..... 501
4.1 Medidas que Podem Vigorar Durante o Estado de Sítio..... 502
5. Controle político e controle jurisdicional..... 503
6. Breves reflexões sobre o Estado de Exceção na modernidade ... 503
7. A segurança pública..... 505
7.1 Realização das Atividades de Polícia 505
7.2 Órgãos da Segurança Pública..... 506
7.3 Das polícias federais 506
7.4 Das polícias estaduais 507
7.5 Das guardas municipais 507
7.6 Das polícias penais..... 508
7.7 A Força Nacional de Segurança Pública 509
7.8 O Sistema Único de Segurança Pública..... 509
7.9 Jurisprudência do STF sobre a Segurança Pública..... 511

PARTE IV
TEORIA DOS PODERES E PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO 21 – O Poder Legislativo 515
1. Estrutura do Poder Legislativo federal 515
1.1 Funcionamento do Congresso Nacional 516
1.2 A Mesa do Congresso Nacional 516
1.3 Sessões Conjuntas 516
1.4 Convocação Extraordinária 517
1.5 Recesso Parlamentar 517
1.6 Atribuições do Congresso Nacional 517
1.7 As Comissões 518
1.8 Comissões e Dispensa de Projetos de Lei pelo Plenário 519
1.9 A Câmara dos Deputados 520
1.10 Atribuições da Câmara dos Deputados 521
1.11 O Senado Federal 521
1.12 Atribuições do Senado Federal 522
1.13 Estrutura do Poder Legislativo Estadual, Distrital e Municipal 524
2. As Comissões Parlamentares de Inquérito 526
2.1 Histórico e Origem no Brasil 526
2.2 Requisitos Constitucionais 526
2.3 CPI nos Estados, Distrito Federal e Municípios 527
2.4 Número Máximo de CPIs 528
2.5 "Poderes" das CPIs 528
2.6 Vedações às CPIs 530
2.7 Direito ao Silêncio e CPI 531
2.8 Competência para Julgar Atos da CPI 531
2.9 Ciência ao Ministério Público, a Advocacia-Geral da União ou outros órgãos 531
2.10 Quórum para Deliberação 532
2.11 Imunidades Parlamentares e CPI 532
2.12 Convocação de Magistrado e CPI 532
2.13 Participação de Advogado em CPI 533
2.14 Os Índios e a CPI 533

2.15 Indenização por Danos Materiais e Morais em Sede de CPI 533
2.16 Publicidade dos Atos da CPI 534
2.17 Falta de Condições Financeiras e CPI 534
3. Estatuto dos Congressistas 534
3.1 As Imunidades Materiais ou Inviolabilidades Parlamentares 535
3.2 Prerrogativa de Foro 536
3.3 Imunidades Formais 538
3.4 Imunidades e Suplentes 540
3.5 Imunidades e Licença dos Parlamentares 540
3.6 Imunidades de Deputados Estaduais, Distritais e Vereadores 540
3.7 Imunidades Durante Estado de Defesa e Estado de Sítio 541
3.8 Isenção do Serviço Militar 542
3.9 Limitação ao Dever de Testemunhar 542
3.10 As Incompatibilidades 542
3.11 Perda do Cargo 544

CAPÍTULO 22 – Tribunais de Contas 547
1. Histórico do Tribunal de Contas 547
2. Características do Tribunal de Contas da União 548
3. Ministros do Tribunal de contas da União 549
4. O Ministério Público perante o TCU 549
5. Aspectos importantes sobre o TCU 549
5.1 O TCU não Dispõe de Competência para Determinar a Quebra do Sigilo Bancário 549
5.2 A denúncia anônima não pode, por si, justificar a condenação de investigado (ou réu), mas pode ser aceita para iniciar um procedimento investigativo sigiloso, voltado a apurar a existência dos fatos apontados pelo denunciante 550
5.3 O Tribunal de Contas, no Desempenho de suas Atribuições, Pode Realizar Controle de Constitucionalidade das Leis 550

5.4 Contraditório e Ampla Defesa nos Processos de Competência do TCU 551
5.5 As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista, Integrantes da Administração Indireta, estão Sujeitas à Fiscalização do TCU? 552
6. Os Tribunais de contas nos Estados e Distrito Federal 552
7. Os Tribunais de contas Municipais 553

CAPÍTULO 23 – O Processo Legislativo 555
1. Conceito 555
2. Espécies de processo legislativo 555
3. Atos do Processo Legislativo Ordinário 556
3.1 Iniciativa 556
3.2 Espécies de iniciativa 556
3.3 Discussão e Emendas 558
3.4 Votação 559
3.5 Sanção e Veto 560
3.6 A derrubada do veto 561
3.7 Promulgação e Publicação de Lei 561
4. O processo legislativo sumário 562
5. Espécies Normativas 562
5.1 Leis Complementares e Leis Ordinárias 562
5.2 Leis Delegadas 563
5.3 Autoridade competente e requisito essencial 563
5.4 Matéria vedada à delegação 563
5.5 Espécies de leis delegadas 564
5.6 Decretos Legislativos e Resoluções 564
5.7 Medidas Provisórias 565
5.7.1 Natureza jurídica e base legal 565
5.7.2 Os antigos decretos-leis. Características principais 565
5.7.3 Autoridade competente 566
5.7.4 Medidas provisórias nos Estados e Municípios 566
5.7.5 Pressupostos constitucionais 567
5.7.6 Limitações materiais explícitas 567
5.7.7 Limitações materiais implícitas 568

5.7.8 Medidas provisórias e matéria tributária 568
5.7.9 Casa iniciadora do processo de conversão e prazo de vigência 569
5.7.10 Trancamento de pauta 569
5.7.11 Conversão de medida provisória em lei ordinária, com ou sem alterações 570
5.7.12 Rejeição tácita (ou por decurso de prazo) ou expressa 571
5.7.13 Reedição 571
5.7.14 MP e decreto legislativo 571
5.7.15 MPs anteriores à EC nº 32/2001 572
5.7.16 Notas sobre MP no direito comparado 572
5.7.17 Medida provisória e controle de constitucionalidade 573

CAPÍTULO 24 – O Poder Executivo 575
1. Forma e Sistema de Governo 575
1.1 Formas de Governo 575
1.2 Sistemas de Governo 575
2. Estrutura do Poder Executivo Federal. Chefia de Estado e de Governo 576
2.1 Atribuições do Chefe do Executivo Federal 577
3. Requisitos para a Presidência e Vice-Presidência da República 577
4. As eleições presidenciais 577
4.1 As Eleições para o Executivo Estadual, Distrital e Municipal 578
5. A posse do Presidente e do Vice 578
6. Reeleição, Desincompatibilização e inelegibilidade reflexa 578
7. Impedimento e Vacância do Presidente e do Vice-Presidente 578
8. Perda de cargo 579
9. Prerrogativas e responsabilidades do Presidente da República 579
9.1 Imunidades Formais 579
9.2 Prerrogativa de Foro 580
9.3 Os Crimes de Responsabilidade 580
9.4 Suspensão das Funções 581
9.5 Cláusula de Irresponsabilidade Penal Relativa 581
9.6 Prerrogativas de Governadores e Prefeitos 583

10. Os Ministros de Estado 583
11. Órgãos de apoio ao Presidente da República 584
11.1 O Conselho da República 584
11.2 O Conselho da Defesa Nacional 585

CAPÍTULO 25 – O Poder Judiciário 587
1. Funções típicas e atípicas 587
2. Estrutura e órgãos do poder judiciário 587
2.1 O Supremo Tribunal Federal (Arts. 101 e ss.) 588
2.2 O Superior Tribunal de Justiça (Arts. 104 e ss.) 588
2.3 A Justiça Federal Comum (Arts. 106 e ss.) 589
2.4 A Justiça Federal do Trabalho (Arts. 111 e ss.) 589
2.5 A Justiça Federal Eleitoral (Arts. 118 e ss.) 591
2.6 A Justiça Federal Militar (Arts. 122 e ss.) 591
2.7 A Justiça Estadual (Arts. 125 e 126) 592
2.8 O Conselho Nacional de Justiça 592
3. Garantias constitucionais do poder judiciário e de seus integrantes 595
3.1 Garantias Orgânicas ou Institucionais 595
3.2 Garantias da Magistratura (Art. 95) 595
4. Vedações – Garantias de imparcialidade (art. 95, parágrafo único, I, II, III, IV e V, alterado pela EC nº 45/2004) 596
5. O princípio da reserva de plenário 597
6. O precatório 597
7. A justiça itinerante 598
8. Os juizados especiais e a justiça de paz 599
9. A reforma do poder judiciário. Algumas alterações. Emenda constitucional nº 45/2004 599
10. A súmula vinculante 600
10.1 Órgão Competente para Edição da Súmula 601
10.2 Requisitos para sua Utilização 601
10.3 Do Procedimento 602
10.4 Dos Efeitos Obrigatórios e a Reclamação Constitucional 603
10.5 Súmulas Vinculantes 604
11. A repercussão geral em recurso extraordinário 612

CAPÍTULO 26 – As Funções Essenciais à Justiça 615
1. Ministério Público 615
1.1 Origem 615
1.2 Surgimento do Ministério Público no Brasil 616
1.3 Evolução do Ministério Público nas Constituições Brasileiras 616
1.4 Princípios Institucionais 617
1.5 Organização Constitucional do Ministério Público na CF 617
1.6 O Ministério Público da União 617
1.7 Ministérios Públicos dos Estados 618
1.8 Funções Institucionais Constitucionais 618
1.9 Legislação Correlata 619
1.10 Conselho Nacional do Ministério Público 619
1.11 Decisões do STF Relativas ao Ministério Público 621
2. Advocacia Pública 625
2.1 Advocacia-Geral da União e das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal 625
3. O profissional da advocacia 627
3.1 Decisões do STF Relativas à Advocacia 628
4. Defensoria Pública 629
4.1 Decisões do STF Relativas à Defensoria Pública 629
4.2 A EC nº 69/2012 e a Defensoria Pública do Distrito Federal 631
4.3 A EC nº 74/2013 e a autonomia da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal 631
4.4 A EC nº 80/2014 – A "Defensoria Para Todos" 631

PARTE V
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO 27 – Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade 635
1. Introdução 635
2. Princípios norteadores 635
2.1 Princípio da Rigidez Constitucional 636
2.2 Princípio da Supremacia Constitucional 636

2.3 Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis 636
3. Conceito 637
4. Tipos de Inconstitucionalidade 637
5. Manifestações do controle de constitucionalidade 640
5.1 Com Relação ao Momento 641
5.2 Quanto ao Órgão 641
6. Não há declaração de inconstitucionalidade por derivação/ por via reflexa /por via oblíqua/ ou indireta 643
7. O Controle de constitucionalidade judicial 644
7.1 Com Relação ao Órgão Competente para o Exercício 645
7.2 Com Relação ao Modo de Exercício 645
8. O Controle de Constitucionalidade no Direito Comparado 646
8.1 O Sistema Norte-americano (Controle concreto-difuso) 646
8.2 O Sistema Constitucional Austríaco 647
8.3 O Controle de Constitucionalidade na Alemanha 648
8.4 O Controle de Constitucionalidade na Espanha 648
8.5 O Controle de Constitucionalidade em Portugal 648
9. Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil 649
9.1 A Constituição de 1824 649
9.2 A Constituição de 1891 649
9.3 A Constituição de 1934 650
9.4 A Constituição de 1937 650
9.5 A Constituição de 1946 651
9.6 A Emenda Constitucional nº 16/65 651
9.7 A Constituição de 1967 651
9.8 A Constituição de 1988 652

CAPÍTULO 28 – Controle de Constitucionalidade Difuso 653
1. Desenvolvimento do controle difuso de constitucionalidade 653
2. O Princípio da Reserva de Plenário (ou do *full bench*) 654
2.1 Reserva de Plenário nos Tribunais (Arts. 948 a 950 do CPC) 655
3. Efeitos da decisão na via difusa. A participação do Senado Federal 657
4. A “abstratização”, “abstrativização” ou “objetivização” do controle difuso de constitucionalidade 660

CAPÍTULO 29 – Visão Geral do Controle de Constitucionalidade Concentrado 665

1. Introdução 665
2. Características do controle concentrado 665
   - 2.1 Espécies de Ações da Via Direta 666
   - 2.2 Ato Normativo Passível de Controle Abstrato de Constitucionalidade via ADI e ADC 666
   - 2.3 Legitimação Ativa e Passiva 667
   - 2.4 Capacidade Postulatória 672
   - 2.5 O Procurador-geral da República 673
   - 2.6 O Advogado-geral da União 673
   - 2.7 O *Amicus Curiae* 675
   - 2.8 Características para o Julgamento das Ações 676

CAPÍTULO 30 – As Ações do Controle Concentrado 679

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI) 679
   - 1.1 Competência 679
   - 1.2 Objeto 679
   - 1.3 Legitimidade Ativa 680
   - 1.4 Concessão de Medidas Cautelares 681
   - 1.5 Eficácia da Decisão Definitiva 681
   - 1.6 Modulação de Efeitos e Suspensão de Julgamento 683
   - 1.7 Da Ambivalência da ADI e da ADC 683
   - 1.8 Diferenças entre ADI e ADC 684
   - 1.9 Modalidades de Decisão na ADI e na ADC 685
   - 1.10 A interpretação conforme à Constituição 685
   - 1.11 A declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto 686
2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) 687
   - 2.1 Introdução 687
   - 2.2 Competência 688
   - 2.3 Objeto 688
   - 2.4 Legitimação Ativa 688
   - 2.5 Concessão de Medidas Cautelares 689
   - 2.6 Omissão Total e Omissão Parcial 690

2.7 Efeitos da Decisão Definitiva..... 690
2.8 Diferenças entre ADO e MI..... 692
3. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)..... 692
3.1 Introdução..... 692
3.2 Competência..... 693
3.3 Legitimação Ativa..... 693
3.4 Objeto..... 693
3.5 Concessão de Medidas Cautelares..... 693
3.6 Efeitos da Decisão Definitiva..... 693
4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)..... 694
4.1 Introdução..... 694
4.2 ADPF Preventiva e Repressiva..... 695
4.3 Arguição Direta (Autônoma) e Arguição Indireta (Incidental)..... 695
4.4 Que é Preceito Fundamental?..... 695
4.5 Competência..... 696
4.6 Cláusula de Subsidiariedade..... 696
4.7 Objeto..... 697
4.8 Legitimidade Ativa..... 698
4.9 Concessão de Medidas Cautelares..... 698
4.10 Efeitos da Decisão Definitiva..... 698

CAPÍTULO 31 – Questões Relevantes no Controle de Constitucionalidade..... 701
1. A Reclamação constitucional..... 701
1.1 Decisões importantes do STF sobre a Reclamação Constitucional..... 702
2. Natureza do Ato Inconstitucional..... 703
3. Controle de Constitucionalidade Concentrado abstrato Estadual..... 703
4. Controle de Constitucionalidade concentrado abstrato Distrital e Municipal..... 706
5. ADI interventiva federal (ou representação de inconstitucionalidade interventiva) e ADI interventiva estadual..... 708
6. A constitucionalidade superveniente..... 711
7. As decisões manipulativas: aditivas e substitutivas..... 711

8. Coletânea de Jurisprudência sobre alguns temas do Controle de Constitucionalidade 712
8.1 A Questão da "Lei Ainda Constitucional" (STF, Inf. 272)... 712
8.2 ADI – Transcendência dos Motivos Determinantes (STF, Inf. 379). Admissibilidade 713
8.3 ADI – Transcendência dos Motivos Determinantes Inadmissibilidade (Posição mais adotada atualmente pelo STF) 714
8.4 Inconstitucionalidade por Arrastamento ou por Atração, Sequencial ou por Reverberação Normativa 715
8.5 A Inconstitucionalidade "Chapada" 715
8.6 A "Fossilização da Constituição" 716

Anexos 717

Bibliografia 729